



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Lei nº 042/12

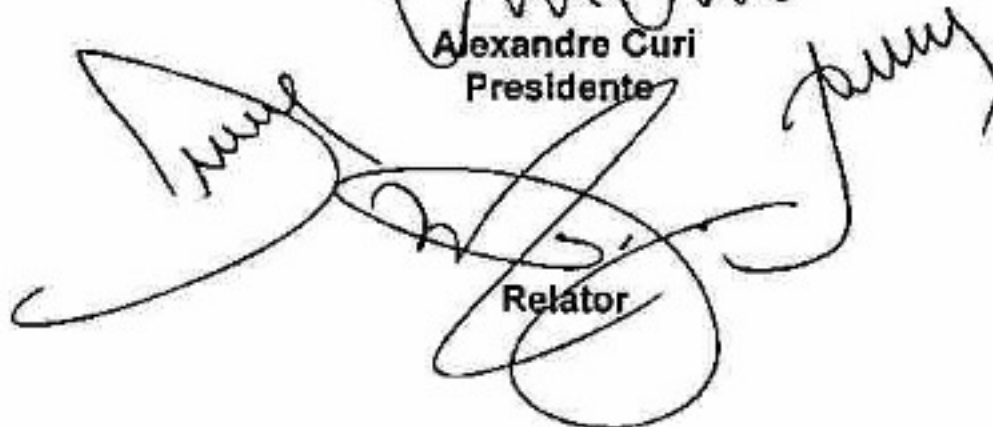
Denomina Prefeito *João Pereira Pinto* o trecho da Rodovia PR-479, entre os Municípios de São Manoel do Paraná e Indianópolis.

Art. 1º Fica denominado Prefeito *João Pereira Pinto* o trecho da rodovia PR-479, entre os Municípios São Manoel do Paraná e Indianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 088/12

Concede o Título de Cidadã
Benemérita do Estado do Paraná à
Senhora Stanislava Boiarski Bartnik.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do
Estado do Paraná à Senhora Stanislava Boiarski Bartnik.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

Alexandre Curi
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

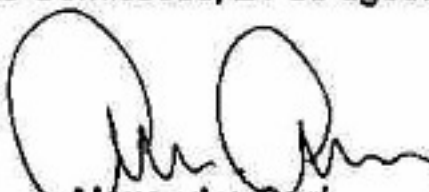
Redação Final ao Projeto de Lei nº 179/12

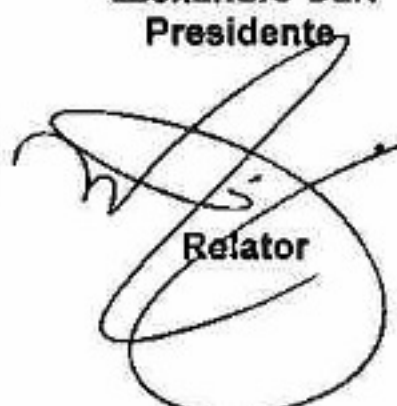
Denomina Rodovia *Dr. Everaldo Pacheco Lustosa* o trecho da PR-459, situado no Município de Clevelândia.


Art. 1º Fica denominada Rodovia *Dr. Everaldo Pacheco Lustosa* o trecho da PR-459, inserido no Município de Clevelândia.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 196/12

Declara de Utilidade Pública a Pato Branco Tecnópole, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Pato Branco Tecnópole, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi, Presidente da Comissão de Redação.

Alexandre Curi
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator, acompanhada de outras assinaturas menos legíveis.

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
SEP

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 OUT. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 739/11

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ORGANIZAÇÃO "AO ALCANCE DAS MÃOS" - ALMA.

Faço saber que, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou, e eu, Governador do Estado sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a organização "Ao Alcance das Mãos" - ALMA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, situada no Anel Viário Helmut Priesnitz, Bairro Vila Gaúcha, no Município de Marechal Cândido Rondon, no Estado do Paraná.

Art. 2º - A ALMA tem como finalidade realizar, promover e patrocinar ações de desenvolvimento nos domínios do esporte, cultura, educação e integração social.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Cury
10 de outubro de 2011

ADEMIR BIER
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fla. 03

JUSTIFICATIVA:

A ALMA, fundada em 14 (quatorze) de abril do ano de dois mil e nove, estando regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 11.349.105/0001-77.

A ASSOCIAÇÃO AO ALCANCE DAS MÃOS "ALMA", tem como objetivo de proporcionar um espaço onde as crianças possam praticar atividades esportivas e recreativas desenvolver ações de futebol no Centro de Treinamento - CT - e nos campos de futebol das associações dos bairros e clubes.

Neste sentido também, como complemento ao esporte, são desenvolvidas atividades de lazer e recreação visando à prevenção às drogas e a violência, almejando dar igualdade de condições de participação a todas as crianças e adolescentes com idade entre seis e vinte e um anos em atividades extracurriculares, bem como torneios e competições esportivas.

A Associação "ALMA" constitui em ações sociais na medida em que, utilizando a modalidade esportiva do futebol, contribui no desenvolvimento físico, Psíquico e social dos participantes. A intervenção proposta visa construir junto às crianças e adolescentes ações que consigam associar a prática esportiva aos conteúdos escolares, percepções e valores inerentes aos aspectos de cidadania como convivência social, trabalho em equipe, autoconfiança, sentido de responsabilidade, compreender a respeito dos benefícios das regras, esforço pessoal e coletivo, entre outros. Aspectos esses que são fundamentais tanto para desenvolvimento esportivo como nas demais relações sociais, principalmente na convivência familiar e escolar.

Assim sendo, objetivando levar a efeito este pleito, cumpre-me contar com o apoio de meus distintos Pares, com a deliberação favorável à sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 799/2011

Projeto de Lei nº. 799/2011

Autor: Deputado Estadual Ademir Bier

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Organização "Ao Alcance das Mãos" – ALMA.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Organização "Ao Alcance das Mãos" – ALMA, com sede e foro no Município de Maréchal Cândido Rondon/PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

a) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, o nobre parlamentar não consignou na Sumula e no primeiro artigo qual é a sede e foro da presente entidade, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para suprir a falta de sede e foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



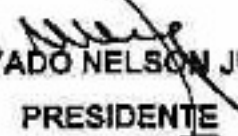
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
79
Fls.

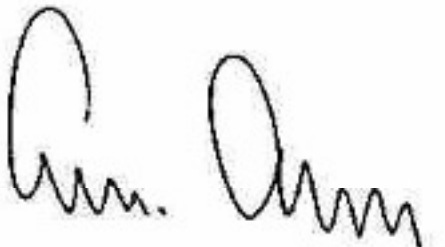
CONCLUSÃO

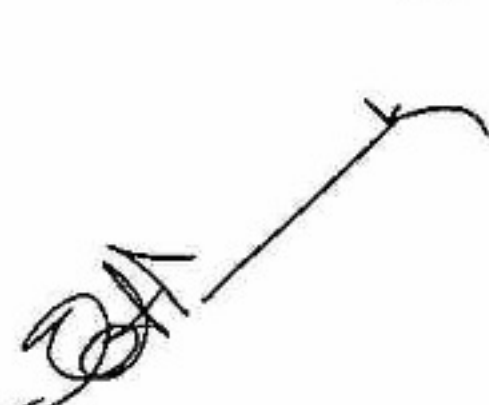

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em 03 de Julho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 799/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública a Organização "Ao Alcance das Mãos" - ALMA, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR".

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Organização "Ao Alcance das Mãos" - ALMA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR, situada no Anel Viário Helmut Priesnitz, Bairro Vila Gaúcha".

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Parlamentar



PROJETO DE LEI Nº

191/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 MAIO 2012

Reni Pereira
1º Secretário

Súmula: Fica instituído o Dia Estadual de Prevenção a Acidentes de Trânsito.

Art.1º - Fica instituído o Dia Estadual de Prevenção a Acidentes de Trânsito, a ser comemorado anualmente, em 25 de maio.

Art.2º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar campanhas de esclarecimento e informações visando a prevenção a acidentes de trânsito no Estado do Paraná.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 2012.

Reni Pereira
RENI PEREIRA
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Parlamentar



JUSTIFICATIVA

O tema "trânsito" é recorrente dentre aqueles que mais afetam a vida dos cidadãos.

Os meios de comunicação, diariamente, tratam de expor todas as mazelas e tragédias advindas dos acidentes de trânsito ocorridos nas cidades e estradas de todo Brasil.

Vidas ceifadas. Famílias destruídas. Futuro comprometido.

Diante de tamanho descalabro, há muitos movimentos em ebulição visando a conscientização dos perigos e das precauções que devem ser adotadas por todos em relação ao tema, como é o caso da campanha "Cidade Unida Salvando Vidas", campanha essa criada pelo casal de Foz do Iguaçu, Lucilene Terres de Oliveira e Gilberto Ivan dos Santos, que tiveram seu filho, Guilherme Augusto de 6 anos, atropelado por ônibus de transporte público que trafegava com excesso de velocidade.

A educação parece ser o melhor caminho para que as ocorrências diminuam e campanhas de esclarecimento e prevenção devam ser estimuladas.

O dia 27/05 da proposta é em homenagem ao estudante Guilherme Augusto, atropelado nesta data do ano de 2010.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 191/2012

Projeto de Lei nº. 191/2012

Autora: Deputado Estadual Reni Pereira

Súmula: Fica instituído o Dia Estadual de Prevenção a Acidentes de Trânsito

EMENTA: FICA INSTITUÍDO O "DIA ESTADUAL DE PREVENÇÃO A ACIDENTES DE TRÂNSITO A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM 25 DE MAIO". COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Reni Pereira, objetiva instituir o dia 25 de maio o "Dia Estadual de Prevenção a Acidentes de Trânsito."

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a Iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase da sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Igualmente, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 36
A

Por fim, com o propósito de não fulminar a essência do projeto em análise, sugere-se por esta Comissão, que o mesmo seja emendado na forma da "emenda modificativa", com fulcro nos artigos 141, II e 137, §4º, ambos do Regimento Interno desta Casa de Leis, consoante se inferem abaixo.

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, bem como a técnica legislativa apropriada, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **emenda modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado ALEXANDRE CURI
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 191/2012

Com fulcro nos artigos 137, § 4º e 141, II, ambos do Regimento Interno desta Casa de Leis, os quais autorizam a modificação do texto sem descaracterizar sua essência, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação em seu artigo 2º:

Art. 2º - "Fica a critério do Poder Executivo regulamentar campanhas de esclarecimento e informações visando à prevenção a acidentes de trânsito no Estado do Paraná."

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado ALEXANDRE CURI
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury

COMISSÃO DE SAÚDE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 191/12

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, que Institui o "Dia Estadual de Prevenção a Acidentes de Trânsito".

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.


Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo prevenir e conscientizar os perigos e das precauções que devem ser adotadas por todos em relação aos acidentes de Trânsito.

Isto posto, opinamos pela aprovação favorável nos termos da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2012.


PRESIDENTE


**DR. BATISTA
RELATOR**





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETOS DE LEI Nº 191/12**

Fica alterado o art. 1º do Projeto de Lei nº 191/12, que
passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Prevenção a
Acidentes de Trânsito, a ser comemorado anualmente, em 27 de
maio".

Sala das Sessões, 18 de junho de 2012.


Dr. BATISTA
Deputado Estadual





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 191/2012

Projeto de Lei nº 191/2012

Autor da emenda: Comissão de Saúde.

Súmula: Altera o artigo 1º do Projeto de Lei nº 191/2012.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O ART. 1º DO PROJETO DE LEI 191/2012. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Estadual Reni Perelra, visa instituir o dia estadual de prevenção a acidentes de trânsito, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Estadual Alexandre Curi.

Ocorre que, na Comissão de Saúde desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa, de autoria dos membros da referida Comissão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, 4º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Saúde.

O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso)

Deste modo, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa, proposta pela Comissão de Saúde, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

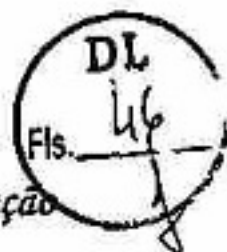
DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR

APROVADO

26.06.12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 191/2012

Projeto de Lei nº 191/2012
Autor: Deputado Reni Pereira

Súmula: Fica instituído o dia Estadual de prevenção a acidentes de trânsito.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 191/12, de autoria do Deputado Reni Pereira, institui o dia estadual de prevenção a acidentes de trânsito.

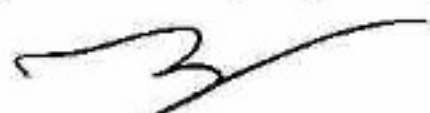
II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 191/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto tem como objetivo principal conscientizar os perigos e as precauções que devem ser adotadas por todos com relação aos acidentes de trânsito, buscando dessa forma prevenir a todos.

Cumprindo a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Desta forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal ação para a conscientização de todos. O Projeto de Lei 191/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.



III - CONCLUSÕES

O presente projeto de lei, visa instituir o dia estadual de prevenção a acidentes de trânsito, esse trabalho, embora simples, trará um grande significado para a população, buscando a conscientização e o benefício de todos pela segurança e um Paraná cada vez melhor.

É por este motivo que a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifesta-se favoravelmente a este projeto.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que a proposta favorece a conscientização de todos no trânsito, por um Paraná cada vez mais seguro.


Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 191/12, em sua forma apresentada!

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.




Sala das Comissões em 02 de Julho de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Adelino Ribeiro

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 02
4

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 29 MAIO 2012

Ruy
1º Secretário

Projeto de
Lei 240/2012.

*Salve ramiro.
Luiz Simonelli
Chefe Gabinete
30/05/2012*

Súmula: Dedara de
Utilidade Pública a
Associação Solidariedade
Sempre - ASS, com sede
e foro no Município de
Londrina.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Solidariedade Sempre - ASS, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em 28 de maio de 2012.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação Solidariedade Sempre - ASS, que visa combater a pobreza e promover a assistência social, a cultura, o voluntariado, o desenvolvimento econômico e social, a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, bem como a democracia e outros valores universais.

Insta observar que a Entidade que ora pleiteia a utilidade pública estadual já realiza atividade de cunho social, como oficinas de musicalização, encontros com as famílias, passeios culturais, palestras que versam sobre primeiros socorros, higiene pessoal e de alimentos, saúde bucal, postura corporal, dentre outros temas.

Ademais, a Entidade faz visitas domiciliares para as famílias e quando adolescentes apresentam situações de conflitos ou ausência nas oficinas, são acompanhados de forma individual. Ainda, é realizado acompanhamento escolar de adolescentes, por meio do boletim, analisando notas e faltas, sendo bonificados com uma cesta básica os alunos com rendimento acima da média e poucas faltas.

As atividades são realizadas observando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, possibilitando o desenvolvimento social e pessoal e contribuindo para a formação da cidadania de cada adolescente. Busca-se potencializar a sensibilidade, a auto-estima, atitudes críticas e conscientes e uma participação ativa na vida comunitária.

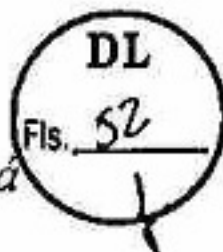
Enfim, as entidades que desempenham, além de outras, funções voltadas ao atendimento de pessoas, são braços do poder público e muito se deve a elas. Então, nada mais correto que a essas entidades sejam declaradas e reconhecidas de utilidade pública pela lei, para que possam gozar de benefícios que lhe são facultados.

LUIZ EDUARDO CHEIDA

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 240/2012

Projeto de Lei nº. 240/2012

Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Solidariedade Sempre - ASS, com sede e foro no Município de Londrina.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação Solidariedade Sempre - ASS*, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

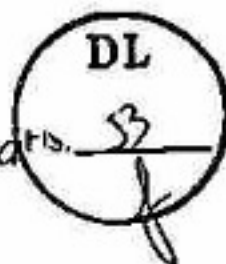
FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que
disponham sobre;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



n) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

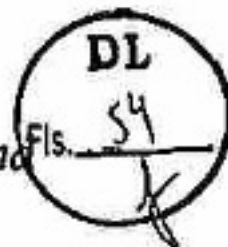
A natureza da presente Instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



seus atos constitutivos demonstrem as áreas de
situação, sendo da assistência social, da educação, da
pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente
ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a
destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo
presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais
documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra
 óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal
tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 19 de 06 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DULCIO GENARI
RELATOR

APROVADO

Prça Nossa Senhora da Saíete s/nº - Centro Cívico, Curitiba - Paraná

49.06.12